

HABEAS CORPUS Nº 540.138 - PE (2019/0311361-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : BRUNO DE SOUZA UMBELINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO DE SOUZA UMBELINO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. 0005565-67.2018.8.17.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente, em 15/8/2017, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, incisos II e IV, e art. 155, § 4º, inciso IV, ambos do Código Penal Brasileiro, e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que há excesso de prazo para formação da culpa.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 29):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR E CONTÍNUA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. *A eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para formação da culpa deve ser analisada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, não resultando da simples soma aritmética dos prazos abstratamente previstos na lei processual penal, porquanto tais prazos não são absolutos, mas parâmetros para efetivação do direito à razoável duração do processo.*

2. *Inexistência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que se verifica uma tramitação contínua e não*

há excesso de prazo que possa ser imputado ao aparato estatal, seja do Poder Judiciário ou por parte da acusação.

3. *Denegação da ordem.*

Na presente oportunidade, a defesa reitera que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o autuado encontra-se preso desde 15/8/2017, sem que a instrução tenha tido fim. Ressalta que a Súmula de n. 52 desta Corte deve ser mitigada.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

Foi a liminar indeferida (e-STJ fls. 44/47) e prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 55/67), opinou o Ministério Público Federal "pela concessão da ordem" (e-STJ fls. 73/78).

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em

7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação." No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Mencione-se, por outro lado, que, com o fim de assegurar que a prisão não se estenda por período superior ao necessário, configurando verdadeiro cumprimento antecipado da pena, a alteração promovida pela Lei nº 13.964/19 ao art. 316 do Código Penal estabeleceu que o magistrado revisará a cada 90 dias a necessidade da manutenção da prisão, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Necessário, porém, considerar que, cumprido tal requisito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

No caso, como bem esclareceu o *Parquet* Federal, "apesar de se tratar de crime grave (homicídio qualificado), é certo que a delonga já ultrapassou o limite da razoabilidade" (e-STJ fls. 77), pois o paciente encontra-se preso há mais de 2 (anos) sem término da instrução criminal, com audiência de instrução marcada para o mês de Junho de 2020 (Ação Penal nº 0000580-85.2017.8.17.0260, Vara Criminal da Comarca de Belo Jardim/PE).

Assim, não há como negar o excesso de prazo na instrução criminal.

Por outro lado, "o juízo de origem em sede de informações esclareceu que consta em desfavor do acusado, em tramitação naquele Juízo, o processo nº 0002367-86.2016.8.17.0260, pela prática de suposto crime de porte ilegal de arma de fogo, constando decreto preventivo em desfavor do paciente, por descumprimento de medida cautelar deferida quando da concessão da liberdade provisória" (e-STJ fls. 31), com informação mais recente de prolação de sentença penal condenatória, com manutenção da prisão cautelar (e-STJ fl. 57).

Assim, muito embora reconheça o excesso de prazo na instrução criminal, não há como acolher o pleito defensivo de expedição de alvará de soltura, uma vez que o paciente encontra-se segregado por outro motivo.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*. No entanto, **concedo a ordem de ofício** para reconhecer o excesso de prazo na instrução criminal, ficando a expedição de alvará de soltura condicionada a revogação da prisão cautelar do paciente nos autos da Ação Penal nº 0002367-86.2016.8.17.0260.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator